

## DESPACHO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO Nº 014/2020

Considerando o protocolo de pedido de esclarecimentos complementares pela empresa KPMG CONSULTORIA LTDA., datado de 13 de abril de 2020, passamos a análise pormenorizada, clara e objetiva, dos itens questionados:

● Quanto ao Reajuste Contratual:

**QUESTIONAMENTO:**

*“1.1 É correto o entendimento de que, considerando a vigência do presente contrato de 16 (dezesseis) meses, os preços serão reajustados, a fim de refletir a variação efetiva do custo de produção, observando-se na periodicidade anual, contados da data prevista para a apresentação da proposta?”*

**RESPOSTA:** Sim, o preço será reajustado após 12 (doze) meses, conforme dispõe o art. 176 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

Art. 176. A concessão do reajuste do valor contratado deve respeitar a anualidade prevista na Lei nº 10.192/01, devendo ser contada a partir da data limite para a apresentação da proposta na licitação ou a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto nos instrumentos convocatório e contratual.

Deste modo, torna-se necessário alterar o edital em seu item 18.5, visando sanar a dúvida levantada, bem como a Minuta do Contrato Estatal, em sua Cláusula Terceira . Vejamos:

- Edital de Licitação nº 014/2020

“18.5 Após 12 (doze) meses, o presente contrato será reajustado pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo.”

- Minuta do Contrato Estatal – Cláusula Terceira

“3.5 Após 12 (doze) meses, o presente contrato será reajustado pelo IGPM ou outro índice que vier a substituí-lo.”

**QUESTIONAMENTO:**

*“1.2 É correto o entendimento de que caso haja demandas diversas e supervenientes àquelas previstas no edital, quando da elaboração da proposta, neste caso, se necessárias, serão realizadas por meio de aditivo contratual, com vistas a manutenção equação econômico-financeira da proposta?”*

**RESPOSTA:** Sim, em caso de demandas diversas e supervenientes aquelas previstas no edital, serão realizadas por meio de Termo Aditivo, conforme dispõe o Capítulo “Da Alteração dos Contratos” em nosso Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

• Quanto ao Código de Defesa do Consumidor:

**QUESTIONAMENTO:**

*“2.1 É correto o entendimento, portanto, que a contratação decorrente da presente licitação não se submete ao Código de Defesa do Consumidor, uma vez que tanto a Lei Federal n. 13.303/2016 como o Regulamento de licitações da COCEL asseveram expressamente que é dever da contratada responder, na prestação dos serviços, pelos danos que causar diretamente à contratante ou a terceiros independentemente da apuração de dolo ou culpa?”*

**RESPOSTA:** É correto o entendimento que a presente contratação não se submete ao Código de Defesa do Consumidor, considerando o disposto na Lei nº 13.303/2016, bem como em nosso Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em especial quanto ao Capítulo “Da Execução dos Contratos”.

• Quanto aos Documentos de Habilitação:

**QUESTIONAMENTO:**

*“3.1 É correto o entendimento de que a exigência constante do inciso VII do subitem 10.1.1 do Edital deve ser excluída? Caso a resposta seja negativa, é correto o entendimento de que para fins de cumprimento do inciso VII do subitem 10.1.1 do Edital, será suficiente a apresentação de documentos dos sócios administradores e do sócio que será o responsável pela coordenação da execução dos trabalhos?”*

**RESPOSTA:** A exigência registrada no inciso VII do subitem 10.1.1 não será excluída do edital, mas poderá sofrer atenuação quanto à apresentação dos documentos dos sócios administradores e do sócio responsável pela coordenação dos trabalhos.

Importa registrar ainda, que a regra de “impedimento para participar de licitações”, registrada no art. 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, nunca poderá ser atenuada. Vejamos o disposto:

Art. 7º. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

I – cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;

- II – suspensão pela COCEL;
- III – declarada inidônea pela União, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV – constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V – cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI – constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII – cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII – que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**● Quanto ao Escopo dos Trabalhos:**

**QUESTIONAMENTO:**

*“4.1. Solicita-se a disponibilização pela COCEL do cronograma da Agência Nacional de Energia Elétrica.”*

**RESPOSTA:**

Cronograma de acordo com o PRORET disponível no site da ANEEL.

**QUESTIONAMENTO:**

*“4.2. Qual é a data prevista para o início dos trabalhos do objeto do certame?”*

**RESPOSTA:** Os trabalhos terão início em maio, considerando a necessidade de análise da CVA do reajuste de 2020, bem como necessitamos em junho deste ano, das amostras dos consumidores que serão instalados os medidores para a curva de carga, da amostra ANEEL, número de transformadores a serem medidos.

**QUESTIONAMENTO:**

*“4.3 As bases de informações necessárias para execução dos trabalhos serão disponibilizadas no primeiro dia em que a contratada entrar em campo?”*

**RESPOSTA:** Sim, considerando reunião inicial para disponibilizar os dados para a Contratada.

**QUESTIONAMENTO:**

*“4.4. Existe uma volumetria de dados que serão processados?”*

**RESPOSTA:** A concessionária possui aproximadamente 52.000 unidades consumidoras e 2.000KM de redes e 4500 Transformadores.

**QUESTIONAMENTO:**

*“4.4 Qual a volumetria estimada para todo o trabalho no decorrer dos 16 (dezesesseis) meses?”*

**RESPOSTA:** Maior volume de trabalho é até enviar os dados para a ANEEL, 180 dias de antecedência a data de aniversário, que seria dia 29/06/2021.

**● Quanto ao Escopo dos Trabalhos – Processamento de Dados da CVA**

**QUESTIONAMENTO:**

*“5.1 A etapa “Processamento de Dados da CVA” deverá ser a primeira a ser realizada nos trabalhos?”*

**RESPOSTA:** Para o reajuste de 2020, seria o primeiro trabalho.

**QUESTIONAMENTO:**

*“5.2 Após esta etapa, qual será a ordem das demais 5 etapas e o prazo para execução de cada uma delas?”*

**RESPOSTA:** Na reunião inicial serão estipulados os dados necessários para o andamento dos trabalhos.

**● Quanto ao Escopo dos trabalhos - Pesquisa de Posse e Hábitos de Consumo**

**QUESTIONAMENTO:**

*“6.1 As visitas de campo deverão ser realizadas pela contratada ou pelo contratante?”*

**RESPOSTA:** As visitas de campo serão realizadas por outra empresa, com experiência para tal pesquisa, mas com fundamento no questionário preparado pela vencedora da Licitação nº 014/2020.

**QUESTIONAMENTO:**

*“6.2 Caso as visitas de campo devam ser realizadas pela contratada:*

- Quantas serão as localidades?*
- É correto o entendimento de que tais amostras serão definidas pela contratada?*
- Qual é o período para realização dos trabalhos de campo?*
- Como este questionário deverá ser aplicado, de forma online ou presencial?*

**RESPOSTA:** As visitas de campo serão realizadas por outra empresa, com experiência para tal pesquisa.

**QUESTIONAMENTO:**

*“6.3 Qual é a data de início destes trabalhos de campo?”*

**RESPOSTA:** Na reunião inicial será estipulado cronograma.

**• Quanto ao Escopo dos trabalhos – Perdas Técnicas Regulatórias:**

**QUESTIONAMENTO:**

*“7.1 Qual é a quantidade de equipamentos que deverão ser verificados?”*

**RESPOSTA:** Toda a rede.

**QUESTIONAMENTO:**

*“7.2 A empresa disponibilizará o mapa das localizações dos pontos de visitação?”*

**RESPOSTA:** Sim, mas em caso de necessidade de trabalho em campo, será de responsabilidade da contratada.

**• Quanto à possibilidade de subcontratação:**

**QUESTIONAMENTO:**

*8.1 É correto o entendimento de que para fins de execução dos trabalhos objeto do certame em comento a contratada poderá subcontratar parcialmente?*

**RESPOSTA:** Sim, a Contratada poderá subcontratar partes do objeto, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, mediante prévia autorização da COCEL, conforme dispõe o art. 191 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

**• Quanto ao escopo dos trabalhos – Suporte à contribuição na audiência pública:**

**QUESTIONAMENTO:**

*“9.1 É correto o entendimento de que tal suporte será realizado de forma estritamente técnica, no âmbito do objeto do certame?”*

**RESPOSTA:** Sim, ajudando no processo de audiência pública defendendo o melhor resultado para a contratante, justificando os dados apresentados.

**QUESTIONAMENTO:**

*“9.2 Qual a volumetria mensal para realização do trabalho supramencionado?”*

**RESPOSTA:** Na reunião inicial será definido, visando o pleno atendimento do prazo previsto da ANEEL 180 dias que antecedem ao reajuste.

**• Quanto à responsabilização pelos danos:**

**QUESTIONAMENTO:**

*“9.1 É correto o entendimento de que a contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Contratante e a terceiros, durante a execução dos serviços, em conformidade com o disposto no Regulamento da COCEL?”*

**RESPOSTA:** Sim, conforme dispõe o art. 186 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

**● Quanto ao cronograma de entrega dos relatórios:**

**QUESTIONAMENTO:**

*“10.1 É correto o entendimento de que o prazo para entrega do relatório mencionado no cronograma geral do Termo de Referência do Edital deverá ser alterado/postergado, uma vez que pode ser que a licitação não seja concluída e o contrato seja assinado em Maio, prazo inicialmente estipulado para entrega do referido relatório, sendo portanto impossível realizar tais trabalhos dentro do prazo inicialmente estabelecido?”*

**RESPOSTA:** Os prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos encontram-se mantidos.

Diante da apresentação do esclarecimento, resta mantida a data de **23/04/2020, as 09:00 horas**, para realização de Sessão Presencial, o qual determino a publicação do presente Despacho Administrativo no site de licitações da COCEL, bem como que se proceda a competente publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, proporcionando efetiva publicidade dos atos.

Campo Largo, 20 de abril de 2020.

**Nelson Chagas**

**Diretor Administrativo**